

O mecanismo da ativação da memória coletiva em benefício da valorização do património cultural – um novo paradigma para os centros históricos em Cabo verde

Claudino Borges

Doutorado em História da Arte

Docente da Universidade Jean Piaget – Cabo Verde

Resumo

A ativação do mecanismo da memória coletiva em benefício da valorização do património cultural traz a colação todo o manancial da Materialidade e Imaterialidade na Construção do Valor Patrimonial dos Centros Históricos de Cabo Verde, com o objetivo central de reconhecer os centros históricos como vetor da identidade e memória e ao mesmo tempo traçar uma nova categoria dos mesmos tendo em consideração a geografia territorial nacional, aspetos económicos e socioculturais. Os Casos referido serão tratados é tratados neste trabalho através de uma análise descritiva e crítica da História da Arte e do Património trazendo para o debate académico e científico um conjunto de valores históricos, simbólicos e patrimoniais ancorados nos aspetos da ativação da memória coletiva, materiais e imateriais nos centros históricos.

PALAVRAS – CHAVE: CENTRO HISTÓRICO, ARTE, MATERIALIDADE, IMATERIALIDADE, PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO. ~

The mechanism of activating collective memory for the benefit of the appreciation of cultural heritage - a new paradigm for historic centers in Cape Verde

Abstrat The activation of mechanism of collective memory in benefit of the apreciation of culture heritage brings together all the sources of material and imaterial in the constrution of heritage value of historic centres of Cap Verde with the main purpose to reconaize the historic centres as a vector of the identity and memory anda t the some times draw or new category of them taking into consideration the national geography territorial, economic and socultural aspect. The cases mentioned will be deal trough a descriptive analysis and critical review about history of art ando f heritage bringenmg to the academic debate and scientific studies in, set of historic values, symbolic and the heritage anchored in the aspect of collective memory ativation, material and imaterial in historic centres.

KEYWORDS: Historic center - Art – Heritage architetonico – Materiality - Imateriality

A evocação da memória coletiva na valorização do património cultural

“ A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar para que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens” (Jacques Le Goff, 1998:47).

As cidades / centros históricos são produtos da sociedade que as construiu física e culturalmente, num processo contínuo. São considerados espaços territorialmente circunscritos englobando as funções sociais, económicas, culturais e cívicas, constituindo assim um património que deve ser usado e sobretudo preservado para gerações futuras.. As cidades, através das múltiplas funções que as constituem, são espaços simbólicos de vivência social, política, económica e cultural, e têm nas suas centralidades urbanas espaços fundamentais de convergência e representação física dessas vivências. É esta condição simbólica, que se vai construindo ao longo do tempo, que faz com que estas centralidades urbanas se constituam como centros históricos.

Na edificação e evolução de qualquer centro histórico estão sempre presentes conjuntos edificados e outras criações: edificações arquitetónicas, traçados urbanos de diferentes tipologias, elementos decorativos e sem esquecer de todo o manancial imaterial e natural que fazem parte da dinâmica quotidiana do centro histórico.

Neste contexto, o presente artigo incide sobre a o reconhecimento do processo da ativação da memória coletiva como elemento fulcral evolução, salvaguarda e formas de gestão e preservação dos centros históricos em Cabo Verde e ao mesmo tempo inferir sobre todo o manancial patrimonial, histórico-cultural de forma que baseado nas questões do património urbano se possa fazer uma categorização dos centros históricos de Cabo Verde, tendo em consideração o contexto da conjuntura em que estes centros históricos foram edificados, mas também integrando as transformações que foram sofrendo, as novas funções que foram tendo ao longo do tempo e as razões históricas destas alterações. Deste modo, o processo da imaterialidade social, natural e os edifícios são o manancial patrimonial dos tempos que lhes deram origem e também daqueles que atravessaram, numa acumulação de extratos temporais e significados históricos que os converte em “memoryscapes”. Pretendemos uma abordagem crítica que permita que futuras políticas de conservação integrem as alterações sofridas ao longo do tempo como um fator de ressignificação patrimonial dos centros históricos em Cabo Verde.

Na conceção de Teresa Barata Salgueiro (2005, p.45), os centros históricos, além de serem as “partes mais antigas da cidade”, constituem como uma “sucessão de testemunhos de várias épocas, monumento que nos traz vivo o passado, nos dá a dimensão temporal com consequência dos factos que estruturam as identidades”. Pode-se atribuir-lhes o estatuto de coração da cidade que deve ser preservado. Daí que este tipo de património imóvel esteja intrinsecamente ligado à memória coletiva, à identidade de um povo e à sua história.

O centro histórico coincide, por via de regra, com o núcleo de origem do aglomerado, de onde irradiaram outras áreas urbanas sedimentadas pelo tempo, conferindo a esta zona uma característica própria cuja delimitação deve implicar todo um conjunto de regras tendentes à sua conservação e valorização (Gomes, 2005). Este valor está assente num conjunto de fenómenos materiais e imateriais que reforçam a ideia de um “Nós” e simbolizam a valorização da memória coletiva que desde os tempos primórdios atravessaram diferentes períodos históricos com traços e manifestações específicas e diferentes. Deste modo, os vestígios materiais e as manifestações imateriais que constituem os pilares da edificação do centro histórico são produtos humanos dos tempos que atravessaram e lhes deram origem e estatuto, numa acumulação de estratos temporais e significados históricos que os convertem em “memoryscape”. Por outro lado, a valorização de um povo passa necessariamente pela preservação da sua identidade coletiva, visto que, mesmo quando constituem um elemento identitário do centro histórico, constituem-no em articulação com a intervenção humana, como paisagem.

A evocação da memória encontra-se suportada na recordação de um passado cujo conhecimento assenta num conjunto de evidências físicas e materiais: espaços, edificações e objetos. Deste modo, para compreendermos as questões relacionadas com a memória, temos que considerar um conjunto de significados específicos relacionados com essas evidências, muitas vezes atribuídos fora e posteriormente do/ao seu contexto de criação. É por isso que estes significados não são lineares e nem sempre correspondem às intenções e às circunstâncias que estão na origem dessas evidências. Há que ter em consideração a complexidade cultural dos indivíduos, dos grupos ou das comunidades que lhes atribuíram esses significados.

Muitas vezes, o poder e o valor da memória também estão relacionados com a riqueza artístico-patrimonial do território. Ou seja, quanto maior e mais diversificado for o manancial patrimonial de um determinado território, maiores serão os significados

neles projetados pelo mecanismo da memória. Daí que a noção da memória seja bastante complexa, cuja compreensão necessita de recorrer a um conjunto de disciplinas científicas. Qualquer que seja a reconstrução da memória que é feita pelos indivíduos, grupos ou comunidades tem como ponto de partida as “vivências ocorridas no passado”, as quais estão na base do processo de arquivamento de experiências socialmente significativas do passado que servem como base para entender e responder às demandas políticas, sociais, económicas e culturais do presente, e nos orienta na percepção e planificações futuras (Ferreira Amaral, 2004, p. 139).

Quando abordamos a memória de um espaço ou território, como sucede com os centros históricos, esta é sempre determinada por uma forte interdependência entre o espaço e os indivíduos que o habitam ou com ele interagem no presente, ao ponto de este processo ter a capacidade de modificar o seu comportamento em relação a esse território, conferindo-lhe um sentido de comunidade, uma identidade, uma melhor vivência, organização territorial e coesão social. A nível científico, a memória é definida como a capacidade de registar, armazenar, e manipular informações provenientes da interação entre o cérebro e o corpo. Segundo Zilda Kessel¹, a “elaboração da memória a partir de variadíssimos estímulos, a memória é sempre uma construção feita no presente a partir de vivências/ experiência ocorridas no passado”.

É deste ponto de vista que Maurice Halbwachs (1990 p.103) fala do conceito de “memória social”, em detrimento à memória individual, como aquele que remete para as recordações originárias de um grupo social do qual o indivíduo faz parte. Esta remete para uma memória de natureza mais diversa e mais alargada abrangendo desde a geração, a profissão ou a região, até à nação ou comunidade ideológica e política.

Cabe ao Estado e à sociedade civil o papel de serem os agentes do processo de evocação da memória coletiva, de maneira a facilitar a sua compreensão e valorização. Neste âmbito, o papel da investigação na salvaguarda e transmissão dessa memória às gerações futuras é essencial para fazer face ao esquecimento através da construção de uma “memória social”², relativa ao passado da comunidade social na qual o indivíduo

¹ Kessel, Zilda, *Memória Coletiva*, in http://www.museudapessoa.net/oquee/biblioteca/Zilda_Kessel_memoria_e_memoria_coletiva.pdf- acedido em 11 de Abril de 2022

está inserido, a que interessa num espaço territorialmente organizado a nível social, cultural e político, em detrimento da memória individual. Esta comunidade social remete-nos para uma memória mais diversificada e complexa, atendendo à heterogeneidade dos indivíduos que dela fazem parte. Por isso, a memória social não é uma realidade estática, mas uma construção “flutuante, mutável e (...) referenciada através de marcos ou pontos relativamente invariáveis, imutáveis” (Pollak, 1992, p.22).

As identidades criadas pelos centros históricos a partir da memória são, como demonstraram Paul Ricoeur (1996, p.300), Pollak (1992) e Connerton (1999, p. 18)³, construções sociais, processos que resultam de uma consciência coletiva que resulta do confronto do indivíduo ou a comunidade com uma dimensão do passado ao qual não acederia noutro contexto. Assim, essa evocação que é feita através da memória, está relacionada com as noções do espaço territorial/tempo e é acionado pelo discurso e pela caracterização do centro histórico enquanto espaço com determinadas características tangíveis e intangíveis que o dotam de uma identidade que fazem daqueles que o habitam, ou com ele se identificam cultural e socialmente, uma espécie de “comunidade imaginada” (Andersen, 2005), unida por um sentimento de pertença e de solidariedade. Esta ideia de comunidade imaginada tem a ver com uma comunidade política imaginada que ultrapassa os limites físicos do espaço e inclui todos aqueles que embora não o habitem, comungam do valor patrimonial do centro histórico, de pensamentos, com traços comuns, características e interesses.

A classificação de um espaço urbano como centro histórico leva necessariamente à produção de um discurso justificativo dessa categorização, o qual integra as suas diferentes dimensões, da arquitetónica e paisagística à artística, incluindo

² Maurice Halbwachs (1990) fala do conceito de “memória social”, em detrimento à memória individual. Esta memória social que o autor define é mais de que a junção das memórias individuais dos membros do grupo em questão. É um conceito dinâmico que existe da interação entre os elementos, e que repousa sobre as trocas e representam um património imaterial que une os membros do grupo e lhes permite situar no passado, no presente e no futuro.

³ Pollak (1992), Paul Ricoeur (1996), e Connerton (1999), são autores de importantes trabalhos académicos que falam do uso da história para as reconstruções das memórias tanto a nível nacional (ex. caso das vítimas da ditadura), como global (ex. relativo ao holocausto). Ricoeur problematiza a postura dos historiadores no que respeita ao dever de fidelidade e às exigências da verdade histórica, fala do dever da memória como uma dívida em relação às vítimas da história, e propõe uma política de justa memória; Pollak fala da mesma problemática focando algumas categorias de memória, tais como: categorias de acontecimento, de lugares, de projeção de eventos, vestígios de memórias. Connerton aborda a questão do uso mais vil por parte do aparelho do Estado, com objetivo de apagar os cidadãos das suas memórias.

ainda a memória das atividades sociais, políticas, económicas e culturais que aí se foram desenvolvendo ao longo do tempo, assim como as problemáticas ligadas à sua gestão e preservação na atualidade. Deste modo, cada centro histórico é um caso particular, não apenas pela sua natureza histórica e mnemónica, mas também pelos problemas específicos de gestão e preservação patrimonial que coloca. Esta condição faz com que a viabilidade e o sucesso de projetos de gestão e preservação de centros históricos classificados dependam da constituição e sinergia de uma rede pluridisciplinar e política de agentes de intervenção, entre os quais se destacam as entidades políticas responsáveis pelo património, as instituições científicas e académicas das áreas de intervenção em causa (investimentos, regulamentações de tombamento e zoneamento, as atividades comerciais regulamentadas, a expansão do território construído, valorização dos valores histórico- artísticos) e as comunidades municipais e locais.

Nesta ótica, de um projeto pluridisciplinar com o objetivo de incrementar um novo paradigma de gestão e preservação dos centros históricos classificados, Cristina Meneguelo⁴ aborda a ideia de bom urbanismo, atendendo a dinâmica dos centros históricos, trazendo exemplos de boas práticas implementadas nalgumas cidades europeias (Bolonha, Barcelona e Londres) nos finais de 1970 e ao longo da década de 1980, em que aumentaram projetos e outras iniciativas de valorização e preservação dos núcleos históricos em decadência e estrategicamente localizados. Estes núcleos foram revitalizados pela implementação de ideias e projetos urbanos de grandes arquitetos, pela sua inclusão em itinerários turísticos ou pela atração de outras atividades económicas que não comprometessem a sua integridade material e identitária.

QUE MODELOS PARA OS CENTROS HISTÓRICOS EM CABO VERDE?

A disposição das ilhas de Cabo Verde influenciou muito a edificação dos centros históricos do país. Por isso cada um se desenvolveu de forma diferente, em períodos diferentes, com traçados urbanísticos, tipologias de construção distintas e com algumas práticas sociais diferentes.

São todos núcleos urbanos isolados, cuja posição na rede urbana e

⁴ <http://www.revista.iphan.gov.br/matéria.php>, acesso em 11 janeiro de 2017

consequentemente o domínio sobre o território entrou em perda por razões de obsolescência funcional, de dinâmicas populacionais ou de base económica, encontrando-se como que encapsulados no espaço e no tempo (são casos típicos dos centros históricos da Ribeira Grande de Santiago e de São Filipe – Fogo). Algumas delas apresentam malhas urbanas interrompidas de uma forma lenta, outras abruptamente⁵, em épocas remotas; outras ainda conservam uma relativa homogeneidade morfológica e de dimensão reduzida. Atualmente, alguns desses centros estão num processo de envelhecimento, fruto do êxodo populacional, com os habitantes mais jovens a preferirem aventurar-se por outras paragens, viajando para a capital do país e para o estrangeiro. A partir desta ótica, podemos classificar os centros históricos de Cabo Verde em duas categorias, que passamos a enunciar.

Os centros históricos que desempenham a função do centro das ilhas

Nesta primeira categoria cabem os centros históricos que desempenham a função de centros da ilha⁶ e ao mesmo tempo centro de cidade. Caso típico de Cabo Verde, visto que todos os centros históricos classificados são centros da cidade.

São os casos dos centros históricos que melhor encaixam no conceito de património urbano, tendo em conta as áreas históricas centrais das cidades, nas suas dimensões materiais e imateriais⁷. São áreas que continuam com importância urbana populacional elevada, bem como as dinâmicas de desenvolvimento, apresentando manchas urbanas geralmente bem definidas, com um planeamento bem estipulado e através da arquitetura, dos grandes sobrados pertencentes algumas famílias abastadas da época, sobressai toda a história colonial. No que respeita ao património imaterial, apresentam como cartão-de-visita a música (mais concretamente mornas, coladeiras e mazurcas), alguns pratos típicos (confeccionados sobretudo com peixes e mariscos) e manifestações religiosas.

⁵ Caso da decadência do centro histórico da Ribeira Grande de Santiago.

⁶ Utilizamos a expressão “centros da ilha” tendo em conta as ilhas de Cabo Verde que possuem mais de uma cidade, em que se destaca aquela considerada a mais importante ou a cidade central. Exemplo concreto é a ilha de Santiago que possui um total de nove cidades mas que se destaca a da Praia como o centro da ilha.

Em Cabo Verde na descrição e caracterização de cidades utilizam-se dois termos frequentes: as ditas cidades do meio urbano, são as que desempenham a função de capital da ilha, e as cidades do meio rural utiliza-se a expressão de “sidadi di fora”, com objetivo de fazer uma diferenciação não só geográfica como também social.

⁷ Neste caso em Cabo Verde há uma necessidade profunda em elaborar e implementar normativos técnicos legais para colmatar a dificuldade de inventariação e preservação do património material e imaterial.

A nível do património natural, apresentam como potencialidades as praias de mar e, em alguns casos, as montanhas.

Nestes espaços, a economia baseia-se no setor terciário e secundário e com uma forte aposta no turismo como alavanca do desenvolvimento.

Designação	Ilha	Potencialidade patrimonial			Obs
		Material	Imaterial	Natural	
Ribeira Grande	Santo Antão	Sobrados, Igrejas, Praças, Habitações Vernaculares	Morna, Mazurca, Coladeira, Kolaboi, Cola São João e estórias	Montanhas	
Mindelo	São Vicente	Sobrados Igrejas, Praças	Morna, Coladeira, Caldo peixe	Praias do mar	
Ribeira Brava	São Nicolau	Sobrados, Igrejas, Praças	Morna, Coladeira	Montanhas, Parque Natural de Monte Gordo e Praias do mar	
Espargos	Sal	Igrejas e Praças	Morna Coladeira	Praias do mar	
Sal rei	Boavista	Igrejas, Praças	Morna	Praias do mar	
Porto inglês	Maio	Igreja, Habitações Vernaculares	Tabanca, Batuque e Funaná, Djagacida	Praias do mar	
Praia	Santiago	Sobrados, Igrejas, Praças, Habitação Vernaculares	Tabanca, Batuque, Funaná	Praias do mar	
São Filipe	Fogo	Sobrados, Igrejas e praças	Morna, Coleixa, Coladeira, Djagacida	Montanhas, praias do mar	
Nova Cintra	Brava	Sobrados, Igrejas e Praças	Morna, Kola São João	Montanhas praias do mar	

Tabela 1-As potencialidades patrimoniais dos centros históricos que desempenham a função de centro das ilhas.

Os centros históricos que desempenham a função do centro da cidade do meio rural

Nesta categoria estão todos os centros históricos que se localizam no meio rural em relação aos centros da ilha. Desenvolveram-se pela força do setor primário, mais concretamente da agricultura e criação de gado, remontando a sua origem, nalguns casos, ao período escravocrata, por isso apresentam um manancial patrimonial carregado de um simbolismo histórico, artístico e cultural que é fruto de uma coabitação entre povos, raças e culturas diferentes. Para os habitantes dos centros históricos da denominada categoria de meio urbano, os da categoria rural e a sua população residente são chamados de “de fora”, por habitarem fora das ditas cidades do meio urbano. Por outro lado, estes também apresentam características patrimoniais materiais, imateriais e naturais distintas, chegando a existir diferenças linguísticas⁸.

Atualmente, também alguns desses centros estão num processo de envelhecimento, novamente fruto do êxodo populacional, designadamente dos habitantes mais jovens.

Tanto a nível material como imaterial, estes territórios apresentam fortes marcas da escravatura, ao nível do arquitetónico e habitacional, do traçado das ruas, das práticas sociais, a música e a dança, os cânticos, entre outros (ver a tabela em baixo).

⁸ As diferenças linguísticas não serão elementos de apreciação e análise deste trabalho justamente pela complexidade que estes apresentam, mas cabe realçar que a população cabo-verdiana utiliza dois tipos do crioulo: o de Barlavento e o de Sotavento. No crioulo de Sotavento, também existem variantes diferentes entre a população dos centros históricos das categorias urbana e rural.

Designação	Ilha	Potencialidade patrimonial			Obs
		Material	Imaterial	Natural	
Porto Novo	Santo Antão	Habitação vernacular, funcos	Morna, Mazurca, coladeira, Kola boi, Cola São João e estórias	Montanhas, Vales, Grutas e Mar	
Paul	Santo Antão	Habitação vernacular e funcos	Morna, Mazurca, coladeira, Kola boi, Cola São João e estórias	Montanhas, Vales, Grutas e Mar	
Tarrafal	São Nicolau	Sobrados, habitação vernacular e igrejas	Morna, Mazurca, Coladeira, Cola boi, Cola São João e estórias	Montanhas, Vales, Grutas e Mar, Parque Natural de Monte Gordo	
Ribeira Grande	Santiago	Habitação Vernacular, Igrejas, Capelas, Fortaleza e pequenos Fortes	Batuque, Funaná, Tabanca estórias, medicina tradicional, cânticos religiosos (reças)	Praias do Mar, Vales	
São Domingos	Santiago	Habitação vernacular	Batuque, Funaná, estórias, medicina tradicional, cânticos religiosos (reças)	Montanhas, vales	
João Teves	Santiago	Habitação vernacular, Igreja	Batuque, Funaná, estórias, medicina tradicional, cânticos religiosos (reças)	Montanhas e vales	
São salvador	Santiago	Habitação vernacular, Igreja	Batuque, Funaná, Tabanca estórias, medicina tradicional, cânticos religiosos (reças)	Montanhas e Vales	
Santa Catarina	Santiago	Habitação vernacular, Igrejas	Batuque, Funaná, Tabanca estórias, medicina tradicional, cânticos religiosos	Planalto, Parque Natural de Serra Malagueta,	

			(reças)	vales	
Tarrafal	Santiago	Habitação vernacular e Igreja	Batuque, Funaná, Tabanca estórias, medicina tradicional, cânticos religiosos (reças)	Parque Natural de Serra Malagueta, Praias do mar	
Calheta São Miguel	Santiago	Habitação vernacular, Igreja e capela	Batuque, Funaná, estórias, medicina tradicional, cânticos religiosos (reças)	Parque Natural de Serra Malagueta, Vales e Praias do mar	
Pedra badejo	Santiago	Habitação vernacular e Igreja	Batuque, Funaná, Tabanca estórias, medicina tradicional, cânticos religiosos (reças)	Praias do mar Montanhas e vales	
Santa Catarina	Fogo	Habitação vernacular, funcos	Morna, Colexa, Coladeira, Djagacida	Pico do Fogo, Parque natural de Chã das Caldeiras	
Mosteiros Fogo	Fogo	Habitação Vernacular	Morna, colexa, Coladeira, Djagacida	Pico do Fogo, Parque natural de Chã das Caldeiras	

Tabela 2-As potencialidades patrimoniais dos centros históricos que desempenham a função de centro das cidades do meio rural.

Ao compararmos os dois quadros referentes às categorias dos centros históricos de Cabo Verde, podemos chegar às seguintes conclusões:

- Que ao nível arquitetónico, os centros históricos de Cabo Verde são caracterizados por igrejas, capelas que serviam para as atividades religiosas, sobrados pertencentes às altas elites sociais da época e também que desempenham funções institucionais, as denominadas casas grandes que se localizam no interior das ilhas e que pertenciam aos grandes proprietários de terrenos agrícolas, e as pequenas casas vernaculares e funcos de forma retangular e circular, pertencentes às famílias comuns ou às menos abastadas;

- Do ponto de vista imaterial há uma diferença acentuada nas práticas sociais entre os habitantes dos centros históricos das ilhas de Barlavento e Sotavento, com uma forte influência europeia no Barlavento e africana no Sotavento; Neste aspeto, podemos tomar como exemplo a música em que no Barlavento há um predominância da morna, coladeira e mazurca que originaram das músicas europeias, enquanto no Sotavento predomina o batuque e o funaná que são de origem e influência africana.
- Que através da forte influência escravocrata no Sotavento, os centros históricos apresentam um património imaterial muito mais rico devido ao processo de colonização em períodos diferentes do povoamento das ilhas. No Sotavento, transpira-se a africanidade. Nestes territórios, a maioria das manifestações e práticas sociais são puramente africanas.
- Que o património natural nos centros históricos de Cabo Verde é muito influenciado pela morfologia e orografia das ilhas. As ilhas montanhosas apresentam montanhas, grutas, vales e parques naturais, enquanto as ilhas planas apresentam belas praias de mar e algumas grutas.

Considerações finais

Torna-se cada vez mais urgente acionar mecanismos e ações em prol da proteção e conservação do património principalmente das urbes históricas dos quais fazem parte das memórias de todos aqueles que de uma forma ou de outra participaram na luta por um mundo mais justo. Isto é mais que uma simples tarefa de cidadania, mas sim um dever que temos de saldar a dívida para com as gerações passadas de modo a preparar o caminho para as do futuro.

Torna-se cada vez mais necessário e urgente fazer um trabalho de memória, “reinventando” os centros históricos, transformando-os em espaços digno de memória. Com base nas análises supramencionadas pode-se afirmar que as ilhas de Cabo Verde através dos seus centros históricos, apresentam uma grande diversidade patrimonial que, através de uma boa preservação, gestão e valorização, podem representar o cartão-de-visita do país e ser motor de desenvolvimento do mesmo, através de uma forte aposta no setor do turismo, baseado nas boas práticas e ancorados no desenvolvimento sustentável.

Referências Bibliográficas

Andersen, B. (2005). Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo. Ed. 70.

CHAPOUTHIER, Georges - Registros evolutivos. Viver Mente & Cérebro: Memória, n.2, p.8-13, jul. 2006. Ed. Especial.

Cornnerton, P. (1999). How societies remember. Cambridge Univ. Press

FERREIRA, Jonatas; AMARAL, Aécio - Memória eletrônica e desterritorialização.

Política & Sociedade, v. 4, p.137-166, Abril. 2004.

Kessel, Zilda, Memória Coletiva, in http://www.museudapessoa.net/oquee/biblioteca/Zilda_Kessel_memória_e_memória_coletiva.pdf- acessado em 11 de Abril de 2022

LE GOFF, J. - “Documento/Monumento”. Enciclopédia Einaudi: Memória História.

Lisboa Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.

Nora, P. (1978). Mémoire collective. in J. Le Goff (sous l adir.) – La nouvelle histoire. Paris, Retz.

Ricoeur, P. (1996). Entre mémoire et histoire. Projet. Paris: numéro 248.

Salgueiro, T. (2011). Retail planning for the resiliente city: consumption and urban regeneration. Cachinho, herculano (ed.)

UNESCO: United Nations Educational, Scientific and Cultural organization (1972).

Convention councernant la protetion du patrimoine mondial culturel e naturel. Paris.

Retrivied from: <https://unesco.org>

UNESCO: United Nations Educational, Scientific and Cultural organization (2003) -

Convention counsernant a la Sauvegard do Patrimoine Culturel Imateriel. Paris.

